

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.264.727 - SP (2018/0054829-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : CARLOS CELSO ORCESI DA COSTA  
**ADVOGADO** : CARLOS CELSO ORCESI DA COSTA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP036015  
**AGRAVADO** : BEATRIZ BUENO DE MIRANDA ROMEIRO VICENTE DE AZEVEDO  
**AGRAVADO** : FABIO BUENO ROMEIRO FILHO  
**ADVOGADOS** : KIYOMORI ANDRÉ GALVÃO MORI - SP170258  
ELDES MARANGONI JUNIOR - SP196445  
**INTERES.** : EDUARDO BUENO DE MIRANDA ROMEIRO

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/15). PRESCRIÇÃO. INFRINGÊNCIA PROBATÓRIA DA PARTE AGRAVANTE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DEFICIÊNCIA RECURSAL. AUSENTE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. SÚMULA 284/STF. PRECLUSÃO. AFASTADA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO. COTEJO. AUSENTE. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por CARLOS CELSO ORCESI DA COSTA, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - Ação de prestação de contas - Primeira fase - Sentença de procedência - Manutenção - Obrigação do inventariante, nos termos do art. 991, VII, do CPC - Preliminares de inépcia da inicial, trânsito em julgado e preclusão que se confundem com o mérito - Alegação de prescrição afastada - Recurso não provido. (e-STJ, fl. 807)*

No recurso especial, a parte recorrente alega violação aos artigos 189 e 507, do CPC/73, sustentando que apesar de ter admitido o prazo prescricional de dez anos, manteve a sentença que determinou a prestação de contas desde

# Superior Tribunal de Justiça

1991.

Defende a preclusão da matéria e o fato de o inventário ter sido encerrado por partilha amigável.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 867/870).

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ademais, o Tribunal de origem afastou a preliminar da prescrição, sob o seguinte fundamento:

*assentou o v. acórdão que a prescrição da ação, para o caso concreto, é de dez anos, de acordo com o disposto no art. 205 do Código Civil. 6. Ainda, salientou o aresto que a prescrição deve ser contada a partir do encerramento do inventário, tendo em vista o que reza o art. 991, VII, do CPC/73. 7. Assim, não há falar em contradição, posto que, **uma vez findo o inventário, surge o dever de prestar contas**. 8. E por óbvio que esse dever diz respeito a toda a inventariança, desde que iniciada, ainda que tenha durado mais de dez anos. (e-STJ, fl. 843 - grifou-se)*

Assim, cabe asseverar que o exame da questão posta pelo agravante, concernente à prescrição, não pode ser examinado por esta Corte Superior, por tratar-se de matéria unicamente de provas, o que o torna obstado pela Súmula 7/STJ.

Ademais, sobre a preclusão, o Tribunal de origem ponderou que:

*E, no que tange à preclusão, como bem salientou o embargante, com fundamento no princípio do livre convencimento do juízo que, neste caso, foi devidamente motivado, é despicienda a manifestação expressa do magistrado acerca de todos os argumentos suscitados pela parte. Esse posicionamento tem respaldo no entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça: "O órgão judicial, para*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio" (STJ - 1ª T., AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98). No mesmo sentido: RSTJ 148/356, RT 797/332, RJTJESP 115/207. 9. Em respeito, porém, ao inconformismo exacerbado, quase que ofensivo, do embargante, ressalto que, em sua apelação, o ora embargante fez apenas uma alusão à possibilidade de preclusão no caso concreto (fls. 531). Toda a argumentação foi calcada na ocorrência de trânsito em julgado, ou, ao menos, preclusão. 10. Dessa forma, ao confirmar a sentença, determinando a prestação de contas, mesmo tendo lido todo o processado e ciente de que o inventário estava findo de há muito, cediço que este Magistrado afastou a tese do trânsito em julgado, ou da preclusão, como quis sustentar o embargante". (e-STJ, fl. 845 - grifou-se)*

Assim, insta citar os seguintes precedentes desta Corte Superior referentes a essa temática, trazendo ao caso a aplicação analógica referente à coisa julgada:

***PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 467, 468, 472 E 474 DO CPC. SÚMULA 211/STJ. ALEGADA OFENSA À COISA JULGADA. REEXAME. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.***

***1. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ***

***2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou "que o fundamento da sentença acerca da coisa julgada não se sustenta. Aqui se discute a cobrança de diferença relativa aos juros dos títulos. Naquela ação anteriormente ajuizada (fls. 47/56), era discutida a diferença de correção monetária. Daí por que inexistente identidade de causa de pedir e pedido" (fl. 1.057, e-STJ).***

***3. Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal, no tocante à aferição de violação de coisa julgada, com a consequente revisão do decisum impugnado, demanda reexame do contexto fático-probatório, o que é vedado em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Agravo Regimental não provido.  
(AgRg no AREsp 663.004/RS, **Segunda Turma**, Rel. Ministro **Herman Benjamin**, DJe 21/05/2015 - grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. AJUIZAMENTO DE DEMANDA ANTERIOR COM IDÊNTICAS PARTES, PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. COISA JULGADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem, ao reconhecer a tese de ofensa à coisa julgada, valeu-se da análise dos elementos contidos no processo. Alterar esse entendimento esbarraria no óbice da aludida súmula.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.  
(AgRg no AREsp 418.796/MG, **Quarta Turma**, Rel. Ministro **Antonio Carlos Ferreira**, DJe 15/10/2014 - grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS. COISA JULGADA. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. "A modificação da conclusão do julgado do Tribunal de origem - que entendeu configurada a litispendência e coisa julgada - exige a análise minuciosa dos elementos configuradores da litispendência entre ações (identidade de partes, de causa de pedir e do pedido), o que demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, uma vez que o conteúdo dos provimentos judiciais ordinários não nos permitem conhecer todas as características dessas ações. Incidência da Súmula 7/STJ." (REsp 1347280/SC, Rel. Ministra **ELIANA CALMON**, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 07/02/2014).

2. Agravo regimental não provido.  
(AgRg no AREsp 493.853/PR, **Segunda Turma**, Rel. Ministro **Mauro Campbell Marques**, DJe 02/06/2014 - grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO DE EX-VEREADOR.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **ALEGAÇÃO DE**

**OFENSA À COISA JULGADA. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.**

**1. Decidindo a Corte de origem serem diversas as causas de pedir entre a presente ação e outra anteriormente intentada, não é possível rever tal premissa em sede de recurso especial, por demandar o reexame de matéria fática. Incidência da Súmula 7/STJ.**

**2. Agravo regimental não provido.**

**(AgRg no REsp 1.304.719/SP, Segunda Turma, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJe 05/08/2013 - grifou-se)**

**AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL CONSTATADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AÇÕES COM CAUSAS DE PEDIR DIVERSAS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.**

**I - Tendo o Tribunal de origem, à luz dos fatos e provas apresentados, decidido pela inexistência de coisa julgada material, porquanto são ações com causas de pedir diversas, infirmar tal posicionamento encontra óbice na Súmula 7/STJ.**

**II - Agravo improvido.**

**(AgRg no Ag 812.077/RJ, Terceira Turma, Rel. Ministro Sidnei Beneti, DJe 30/09/2008 - grifou-se)**

Como se vê, resta patente que a revisão do entendimento a que chegou o Tribunal de origem quanto à ausência de preclusão, exige a análise das questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades do caso concreto, o que encontra óbice na Súmula n.º 7/STJ.

Além disso, no que concerne à partilha amigável, tem-se que não há, na fundamentação do recurso, a indicação adequada da questão federal controvertida, tendo deixado o recorrente de apontar os dispositivos de lei federal tidos por violados, bem como de informar de que modo a legislação federal foi violada ou teve negada sua aplicação, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.

A propósito:

**CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA DE**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**APARTAMENTOS. VÍCIOS NA CONSTRUÇÃO. REDUÇÃO DO VALOR DA UNIDADE. DESVALORIZAÇÃO. NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO AFASTADA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. MÁ APRECIÇÃO DA PROVA E ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SÚMULAS N. 7/STJ E 284/STF.**

*1. Não há negativa de prestação jurisdicional quando o acórdão recorrido examina as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, apenas não acolhendo os argumentos defensivos.*

*2. Não ocorre julgamento extra petita se o Tribunal de origem decide questão que é reflexo do pedido formulado na inicial.*

**3. É deficiente a fundamentação do recurso especial que não demonstra, com clareza e objetividade, a suposta ofensa a dispositivo de lei federal. Incidência, por analogia, da Súmula n. 284/STF.**

*4. Não se conhece do recurso especial se o exame da suposta contrariedade do julgado a dispositivo de lei estiver condicionado à (re)avaliação de premissa fático-probatória já definida no âmbito das instâncias ordinárias.*

*5. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 1422419/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 25/08/2015, DJe 28/08/2015 - grifou-se)*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OFENSA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA STF/284. REJEIÇÃO.**

**1.- A ausência de particularização dos artigos constitucionais tidos por violados, com sede na própria fundamentação da insurgência recursal impede o exame recurso, a teor do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia.**

*(...)*

**3.- Embargos Declaratórios rejeitados.**

*(EDcl no AgRg no AREsp 153.281/RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 10/9/2012 - grifou-se)*

Por fim, observo, por oportuno, que o dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado conforme estabelecido nos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. A simples transcrição de ementas não é

# *Superior Tribunal de Justiça*

suficiente para a comprovação do dissídio.

No caso, não houve o devido cotejo entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

